

convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação?		
3.11.1. A licitante apresentou a proposta adequada ao último lance ofertado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) na forma prevista no edital?	N.A	-
3.12. A amostra/prova de conceito foi exigida em relação ao vencedor após a etapa de lances?	N	-
3.12.1. Na hipótese de envio pelo correio/transportadora a amostra foi postada dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.2. Na hipótese de entrega da amostra no endereço indicado, consta o protocolo de recebimento dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.3. A análise da amostra observou os critérios definidos no instrumento convocatório?	N.A	-
3.12.4. Foi divulgado local e horário de realização do procedimento para avaliação das amostras?	N.A	-
3.12.5. O resultado da análise, por meio de parecer, aprovando ou desaprovando as amostras foi emitido motivadamente por servidor/comissão técnica?	N.A	-
3.12.6. O resultado da avaliação da amostra foi divulgado por meio do site www.compras.ms.gov.br e Diário Oficial do Estado?	N.A	-
3.12.7. Do resultado da análise das amostras houve interposição de recurso, com sua respectiva análise e decisão?	N.A	-
3.13. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?	S	4753-4754;
3.14. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para sanar alguns dos vícios sanáveis de que trata o § 4º do art. 44 do Decreto nº 16.118/2023, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?	S	3935-4248; 4344-4484; 4577-4702; 4744-4894; 5209-5328; 6078-6143; 7101-7108;
3.14.1. O licitante interessado sanou os vícios que ensejaram a necessidade de diligência?	S	3935-4248; 4344-4484; 4577-4702; 4744-4894; 5209-5328; 6078-6143; 7101-7108;



<p><i>licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.</i></p> <p><i>OBS: “§ 1º Para os fins previstos no caput deste artigo, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para: I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante; II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno”.</i></p>		
<p>4.4.1. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?</p>	S	3935-4248; 4344-4484; 4577-4702; 4744-4894; 5209-5328; 6078-6143; 7101-7108;
<p>4.5. Para fins de habilitação, foram apresentadas as declarações exigidas em Edital? (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal)</p> <p><i>I - declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021); II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).</i></p>	S	4922; 5109; 5112; 5113; 5114; 5429; 5433-5434; 5460; 5515; 5547; 5548; 5634; 5707; 5711; 6163; 6877;
<p>4.5. O pregoeiro promoveu a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor (inciso I do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?</p>	S	4904-4915; 5092-5105; 5849-5863; 5445-5457; 7175; 5341-5380; 5619-5631; 6147-6161; 5530-5542; 6861-6874;



4.6. O pregoeiro promoveu a emissão de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprovasse a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação (inciso II do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?	S	4904-4915; 5092-5105; 5849-5863; 5445-5457; 7175; 5341-5380; 5619-5631; 6147-6161; 5530-5542; 6861-6874;
4.6.1. Na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública, o pregoeiro registrou o ocorrido na ata de sessão pública e juntou os documentos que lhe dão suporte (§§2º e 3º do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?	S	3935-4248; 4344-4484; 4577-4702; 4744-4894; 5209-5328; 6078-6143; 7101-7108;
4.6.2. Caso a emissão de novo documento tenha indicado irregularidade fiscal e trabalhista do licitante, foi declarada a sua inabilitação?	N.A	-
4.7. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro registrou na ata da sessão os motivos de sua decisão?	S	4753-4754; 7101-7104; 7104-7108;
4.7.1. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinou a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação?	S	4753-4754; 7101-7104; 7104-7108;
4.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante foi declarado vencedor?	S	4744-4752; 4757-4762; 4774-4779; 4786-4788; 4805-4811; 4811-4816; 4825-4827; 4832-4834; 4851-4856; 4866-4868; 5209-5216-5238; 5241-5253; 5262-5267; 5276-5284; 5289-5291; 5296-5303; 5308-5328; 6105-6110; 6117-6143; 7101-7108;
4.9. Após o término o julgamento da habilitação do licitante declarado vencedor, algum licitante manifestou intenção de recorrer no momento oportuno?	N	-
5. DA FASE RECURSAL	S/N	Fls.
5.1. Na hipótese de manifestação de intenção de recorrer nas fases de julgamento e de habilitação, as	S	7080-7083;

<p>razões do recurso foram apresentadas em momento único, no prazo previsto no inciso I do § 1º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada as regras do Edital?</p> <p>OBS: “I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...) b) julgamento das propostas; c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante”;</p> <p>OBS: “8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições: (...) II – O prazo para apresentação das razões recursais, de 3 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital)”;</p>		
<p>5.2. Foi observado o prazo para apresentação das contrarrazões previsto no § 4º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no instrumento convocatório?</p> <p>OBS: “8.3. <i>Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente</i>”.</p>	S	6111-6113; 6114-6116; 7101-7104; 7105-7108;
<p>5.3. O pregoeiro proferiu decisão quanto a reconsideração, ou não, do ato impugnado (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?</p>	S	7097;
<p>5.3.1. A decisão do pregoeiro foi proferida no prazo de 3 (três) dias úteis?</p>	S	7097;
<p>5.3.2. Se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o pregoeiro encaminhou o recurso com a sua motivação ao Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração?</p>	N.A	-
<p>5.4. O Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração proferiu sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?</p>	N.A	-
<p>5.4.1. No caso de o Secretário-Executivo de Licitações ter solicitado auxílio do órgão de assessoramento jurídico, o prazo para decisão do recurso ficou suspenso?</p>	N.A	-



<i>de documento na internet, no site oficial do órgão emissor.</i>		
OBSERVAÇÕES		
1. SÍNTESE DA HOMOLOGAÇÃO		
<p>Trata-se de homologação de Processo Licitatório de Registro de Preço para futura e eventual compra de Material de Expediente II, com adjudicações dos itens 001, 002, 002.1, 003, 003.1, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 018.1, 019, 020, 021, 021.1, 022, 022.1, 023, 023.1, 024, 025, 025.1, 026, 027, 027.1, 028, 029, 030, 031, 031.1, 032, 033, 033.1, 034, 035, 035.1, 036, 037, 038, 038.1, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049 e 050, conforme resultado de fls. 7132-7133.</p>		
2. REVISÃO DOS ATOS PRATICADOS NA FASE INTERNA		
<p>Em resposta ao item 1.1 desta lista de verificação, no que se refere à observância dos apontamentos formulados no PARECER VINCULADO PGE/ CJUR-SEL/Nº 002/2023 de fls. 1844-1904, cabe considerar que às fls. 1906-3860 constam documentos informando o atendimento das recomendações do parecer jurídico.</p> <p>Partindo dessa premissa, efetua-se a análise da legalidade dos atos praticados após a publicação do edital e publicação do aviso de licitação de fl. 3861.</p>		
3. DA FASE EXTERNA		
3.1. Dos Documentos de Habilitação		
<p>No que concerne aos documentos de habilitação técnica, constam nas fls. 6068-6076; 7181-7182, análise realizada pela Silvia Janaína Flores Pereira, membro da equipe de planejamento, que certificou a conformidade dos documentos apresentados com os requisitos do edital, acerca do Atestado(s) de Capacidade Técnica da licitante.</p> <p>Por fim, por se tratar de análise técnica, <u>cuja matéria, por sua natureza discricionária e técnica, impede qualquer análise jurídica por esta Procuradoria² (4ª, 15ª e 19ª Diretiva, da Resolução Conjunta PGE/CGPGE/MS/N.º 05/2020).</u></p>		
3.2. Conclusão		
<p>Conclui-se que foram atendidos os requisitos mínimos em procedimento licitatório, regido pela Lei nº 14.133/2021. Assim, recomenda-se que a autoridade competente promova a adjudicação do</p>		

4ª DIRETIVA – DOS TEMAS NÃO JURÍDICOS. O parecer jurídico deve evitar posicionamentos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade.

² 15ª DIRETIVA – COMPETÊNCIA DOS ATOS PRATICADOS Caberá ao órgão consultante, e será de sua inteira responsabilidade, instruir os autos com os documentos que comprovem a competência do agente público para a prática dos atos administrativos, respectivamente, sobre os quais o órgão jurídico não está obrigado a se pronunciar, dada a presunção de veracidade que os reveste.

19ª DIRETIVA – PROCESSOS DE LICITAÇÃO – ANÁLISE ESTRITAMENTE JURÍDICA Na forma do parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93, nos processos de licitação, a emissão do parecer jurídico deve examinar as minutas de editais e anexos, evidenciando a análise adequada daqueles instrumentos. Entretanto, esta análise não pode descurar de que à PGE cabe prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa, econômica, financeira e orçamentária, até em razão do desconhecimento daqueles pontos e sob o risco de orientar o gestor de forma equivocada, dentre os quais, os exemplificados a seguir:

(1) as escolhas do gestor público;



Processo n. 77/001.351/2024

Data: 01/10/2024

Rubrica: Katiane

SAD
Secretaria de
Estado da
Administração



objeto e homologação da licitação, em consonância com o disposto no art. 71, IV da Lei 14.133/2021.

Identificação do servidor responsável pela verificação

Órgão/unidade administrativa: Coordenadoria de Conformidade das Licitações (Cconf)

Katiane Dutra Celestino

Direção Gerencial Especial e Assessoramento

Matrícula nº 505918021

Campo Grande/MS, 01 de outubro de 2024.

Assinatura: assinado digitalmente

